



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

DADOS DO EDITAL

I. Regência legal da Licitação:

Lei Federal n.º 14.133/21;
Decreto Municipal n.º 7.903/23;
Lei Complementar n.º 123/06 e alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/14;
Demais normas regulamentares aplicáveis.

II. Repartição interessada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE – SEDUR

III. Modalidade:

CONCORRÊNCIA:

PROCESSO ADM:

IV. Número de Ordem:

0007/2026

00009.11.07.611.2026

V. Objeto da licitação:

CONCESSÃO DE USO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA, ATRAVÉS DE ATIVIDADES COMERCIAIS PRÉ-DEFINIDAS, DE 7 (SETE) QUIOSQUES LOCALIZADOS NA AVENIDA PRAIA DE ITACIMIRIM, EM ITACIMIRIM, DISTRITO DE MONTE GORDO, CAMAÇARI – BA. A OUTORGA SERÁ CONCEDIDA A PESSOA JURÍDICA, DE DIREITO PRIVADO, QUE APRESENTE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E ATENDA AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VI. Critério de Julgamento:

Maior Oferta

VII. Modo de Disputa:

Aberto

VIII. Forma de Fornecimento:

Integral

IX. Prazos:

Vigência do Contrato de Concessão:

A OUTORGA FIRMADA DEVERÁ TER O PRAZO DE VIGÊNCIA CORRESPONDENTE A 5 (CINCO) ANOS. PODERÁ SER ADMITIDA A PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, OBSERVANDO CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS TERMOS II DO ARTIGO 110, CAPÍTULO V DA LEI FEDERAL 14.133/21, TOTALIZANDO UM PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) ANOS.

Condições de Pagamento:

O VALOR REFERENTE À OUTORGA CORRESPONDE AO VALOR DO LANCE VENCEDOR NO CERTAME LICITATÓRIO. OU SEJA, ESTE VALOR SERÁ PAGO MENSALMENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI POR MEIO DE DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL (DAM). E SERÁ REAJUSTADO ANUALMENTE POR UM ÍNDICE OFICIAL DE INFLAÇÃO (IPCA).

X. Local, data e horário para início da sessão pública da licitação:

Plataforma/Sítio Eletrônico:

<https://www.licitanet.com.br/>

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DISPUTA: 15/06/2026, às 09h

O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

XI. Local, Horário e Responsável pelos Esclarecimentos sobre este Edital:

Pregoeira: Wadna Cheile Melo da Costa
Decreto: 8297/2026

Horário de atendimento: Segunda a Sexta das 8h às 17h
Endereços e telefones de contato estão dispostos no rodapé

XII. OBSERVAÇÕES:

OS INTERESSADOS DEVERÃO ACOMPANHAR AS MENSAGENS REFERENTES A ESTA LICITAÇÃO (AVISOS, RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS, ETC.) NO PORTAL DE LICITAÇÕES INFORMADO NO CAMPO X DESTES PREAMBULO, SENDO EXCLUSIVOS RESPONSÁVEIS PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO PORTAL. OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES OBRIGATORIAMENTE DEVEM SER ENVIADOS A(O) AGENTE DE CONTRATAÇÃO(A), PELA PLATAFORMA CITADA ACIMA, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NESTE EDITAL.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

EDITAL – CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A Concorrência será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação-INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma indicada no campo X – Dados do Edital.

2. DO OBJETO

- 2.1. Conforme indicado no campo V – Dados do Edital.

3. REGÊNCIA LEGAL

- 3.1. Conforme indicada no campo I – Dados do Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações junto à plataforma indicada no campo X – Dados do Edital.
- 4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da CONCORRÊNCIA deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto à plataforma indicada no campo X – Dados do Edital.
- 4.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.4. É de exclusiva responsabilidade dos usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à plataforma indicada no campo X – Dados do Edital, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.
- 4.6. A comprovação de que trata o **subitem 5.11**, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:
 - a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;
 - b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal;
 - c) Certidão simplificada em nome da licitante, expedida pela Junta Comercial do Estado;
 - d) Declaração do próprio licitante, atestando, sob as penas da lei, o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. **(ANEXO IV)**



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

4.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.

4.8. Quaisquer informações e esclarecimentos sobre o sistema indicado no campo X – Dados do Edital devem ser obtidos, exclusivamente, junto a PLATAFORMA.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, credenciados junto à plataforma indicada no campo X – Dados do Edital, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização da licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

5.2. A participação na presente licitação implica aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste edital, dos seus Anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes;

5.3. A participação na CONCORRÊNCIA se dará na área reservada ao cliente, por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

5.5. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
- b) Em processo de execução, falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- c) Sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar imposta pela Administração Municipal, nas hipóteses previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Mantendo qualquer tipo de vínculo profissional com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- f) Enquadrados nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.6. Poderão participar do certame empresas reunidas em consórcio constituído especificamente para executar o objeto desta licitação, devendo ser observadas as seguintes regras:

- a) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21);
- b) Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21);
- c) Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21);
- d) Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

ou de forma isolada (art. 15, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21);

- e) Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21);
 - f) O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “a” deste item 2.6 (art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21);
 - g) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato (art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21).
- 5.6.1. Fica estabelecido para o consórcio o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira (art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21).
- 5.6.2. O acréscimo previsto no **subitem 5.6.1** não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21).
- 5.7. Em cumprimento ao art. 48, Incisos I e III da Lei Complementar nº 123/06, esta licitação poderá ser direcionada, total ou parcialmente, às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que atendam às exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- 5.8. Caso haja o direcionamento previsto no subitem anterior, tal informação constará no **ANEXO II** deste edital;
- 5.9. O disposto no **subitem 5.7** não impede a participação das Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte nos demais lotes que não sejam direcionados as mesmas;
- 5.10. As ME e EPP poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na LC 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do seu artigo terceiro.
- 5.11. As empresas enquadradas na situação de ME e EPP deverão comprovar tal condição em uma das opções contidas no **subitem 4.6** do edital.
- 5.12. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, a conformidade de sua proposta com as exigências do edital e a sua condição de ME/EPP.
- 5.13. O encaminhamento de propostas pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- 6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;
- 6.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.6. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.7. Os documentos exigidos neste edital para serem anexados via sistema, poderão ser apresentados em original (escaneado) ou por qualquer processo de cópia simples autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da administração ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda extraídos da internet, sujeitos a consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade na internet.
- 6.8. Os documentos anexados escaneados do original e que não possuam autenticação por tabelião de notas, poderão vir acompanhados de cópia de documento de identificação oficial da pessoa responsável pela sua assinatura. Nestes casos, tal documento será autenticado pelo servidor da administração com base no artigo 3º da Lei Federal nº 13.726/18, que versa sobre a desburocratização.
- 6.9. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital apresentado, será solicitado pelo(a) Agente de Contratação(a) a apresentação dos originais, sob pena de desclassificação quando não apresentado no prazo concedido.
- 6.10. O(s) documento(s) original(is) e/ou a(s) cópia(s) autenticada(s) mencionados no subitem anterior, deverão ser encaminhados em até **02 (dois) dias úteis**, a contar do dia seguinte da convocação, em envelopes fechados e lacrados, indicando na sua parte frontal: "Setor de Licitação (Diretoria de Compras – DICOMP)/Secretaria da Administração/Prefeitura Municipal de Camaçari", para o endereço informado no item XI do preâmbulo do edital (Dados do Edital).

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

- 7.1.1. A proposta de preços prevista no Edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico disponibilizado na área reservada ao cliente do sítio eletrônico indicado no campo X – Dados do Edital. O interessado deverá observar as datas e horários limites estabelecidos no item X do preâmbulo do Edital (Dados do Edital).
- 7.1.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - a) Valor unitário e total do item;
 - b) Quantidade cotada.
- 7.1.3. A proposta eletrônica deverá indicar o preço unitário do item ou preço global do lote, conforme o critério definido no **subitem 9.2**, de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e expresso em moeda corrente nacional (R\$).



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- 7.1.4. Se a licitante optar por não inserir a expressão “especificações conforme edital” no campo relativo à descrição do item constante do sistema de licitações indicado no campo X – Dados do Edital, deverá detalhar todas as características do produto/serviço cotado de forma clara e inequívoca;
- 7.1.5. No preenchimento da proposta no campo eletrônico disponibilizado pelo sistema, é vedado à identificação do licitante, sob pena, de desclassificação.
- 7.1.6. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento a aceitação, por parte da licitante, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 7.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 7.1.8. O licitante **não poderá** oferecer proposta **com valor mínimo do lance** previsto para contratação.
- 7.1.9. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.1.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.1.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.1.12. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.1.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.1.14. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.1.15. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação;
- 7.1.16. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Edital;
- 7.1.17. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvados o disposto no art. 52 desta Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 7.1.18. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
- 7.1.19. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

- 7.1.20. Os licitantes poderão retirar ou substituir proposta e documentos até a abertura da proposta no sistema.
- 7.1.21. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.2. DA PROPOSTA ESCRITA:

- 7.2.1. A proposta escrita, reformulada (em caso de lances eventualmente ofertados), deve ser apresentada na forma do **ANEXO II** (modelo de proposta de preços) deste Edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone, e-mail e pessoa de contato;
- b) Preço unitário e total, em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais;
- c) Prazo de validade de proposta não inferior a **120 (cento e vinte)** dias corridos, contado a partir da data de apresentação;
- d) Dados para assinatura do contrato/ata, assim como, os dados bancários.

7.2.2. O licitante informará a descrição completa do serviço cotado de forma clara e inequívoca, sob pena de desclassificação de sua proposta.

- 7.2.3. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
- 7.2.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas
- 7.2.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.2.6. O licitante só poderá incluir em sua proposta dados de caráter exclusivamente técnicos sobre o(s) material(is) ofertados necessárias ao julgamento objetivo, conforme especificações do(s) material(is).
- 7.2.7. Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da lei.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

7.3. EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES A PROPOSTA

7.3.1. Os licitantes deverão anexar no sistema JUNTAMENTE COM A PROPOSTA REALINHADA os seguintes documentos:

- a) Os documentos constantes no **ANEXO II** deste edital, **campo <EXIGÊNCIA>**;
- b) Documento de identificação do responsável pela assinatura da proposta de preços e demais documentos apresentados. Caso as documentações estejam assinados por procurador, deverá ser anexada junto com o documento de identificação a procuração concedendo os devidos poderes.
- c) Os dados do representante legal, conforme modelo constante no **ANEXO VIII** deste edital.

7.3.2. Terá a proposta desclassificada, a licitante que descumprir com as exigências contidas nos subitens 7.3.1 (alínea “a” e “b”), deste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O(A) Agente de Contratação(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.
- 8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridas no sistema, até a abertura da proposta.

9. FORMULAÇÃO DE LANCES E MODO DE DISPUTA

- 9.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes previamente classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário fixado e as regras de aceitação estabelecidas no edital.
- 9.2. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE**, em algarismo, **COM 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS**, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.
- 9.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- 9.5. Durante a fase de lances se houver um envio de lance equivocado, isto é, com erro de digitação ou incongruência de valores, para que não ocorram prejuízos à Administração com a queda em cascata dos preços, o(a) Agente de Contratação(a) poderá cancelar este lance de modo a propiciar ordem à disputa.
- 9.5.1. **Após a exclusão pelo(a) Agente de Contratação(a) do lance considerado equivocado, o licitante poderá reapresentá-lo, caso entenda que a exclusão foi indevida. Quedando-se inerte o licitante, o(a) Agente de Contratação(a) entenderá como aceito o cancelamento, o que não impossibilitará o licitante de permanecer na disputa com oferta de novos lances.**
- 9.6. **SE FOR ADOTADO O MODO DE DISPUTA ABERTO:** a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.
- 9.6.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **subitem 9.9**, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;
- 9.6.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens acima, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:
- 9.6.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Agente de Contratação(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
- 9.6.4. Após o reinício previsto no **subitem 9.9.3**, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.6.5. Encerrada a etapa de que trata o **subitem 9.9.4**, o sistema ordenará e divulgará os lances.
- 9.7. **SE FOR ADOTADO O MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos.
- 9.7.1. Encerrado o prazo previsto no **subitem 9.10**, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.7.2. Após a etapa de que trata o **subitem 9.10.1**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.7.3. No procedimento de que trata o **subitem 9.10.2**, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.7.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o **subitem 9.10.2**, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no **subitem 9.10.3**.
- 9.8. Encerrados os prazos estabelecidos nos **subitens 9.10.2 e 9.10.4**, o sistema ordenará e divulgará os lances. **SE FOR ADOTADO O MODO DE DISPUTA FECHADO E ABERTO:** somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, na forma disposta no **subitem 9.9**, com a apresentação de lance.



ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

- 9.8.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no **subitem 9.11**, poderão oferecer novos lances sucessivos, na forma disposta no **subitem 9.9**, os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas inclusive as empatadas.
- 9.8.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Agente de Contratação(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
- 9.8.3. Após o reinício previsto no **subitem 9.11.2**, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.
- 9.8.4. Encerrada a etapa de que trata o **subitem 9.11.3**, o sistema ordenará e divulgará os lances.
- 9.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.11. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/21;
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 11.430/23;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.12. Persistindo o empate, em igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.
- 9.12.1. As regras previstas no item 9.12 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06.

10. PROCEDIMENTOS

- 10.1. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR OFERTA**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital e seus Anexos.
- 10.2. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa indicado no campo VII – Dados do Edital.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

10.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.4.1.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

10.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

10.5. A falsidade da declaração de que trata os **subitens 10.3 ou 10.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, e neste Edital.

10.6. Aberta à etapa competitiva, os licitantes somente poderão encaminhar lances por meio do sistema eletrônico, sendo informados imediatamente do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.7. Os lances formulados deverão obedecer às condições contidas neste edital.

10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

10.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

10.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

10.10. Encerrada a disputa, o sistema identificará situação de empate ficto entre o valor ofertado pela primeira colocada (se esta for empresa de grande porte) em relação àqueles ofertados por microempresas e empresas de pequeno porte, participantes do respectivo item/lote.



ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

- 10.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.11.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a convocação automática para tanto.
- 10.11.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 10.11.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Agente de Contratação(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 10.12.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.12.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 10.12.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 10.13. Após a etapa de lances da sessão pública, mesmo que da proposta do primeiro colocado esteja compatível com o definido para a contratação, o(a) Agente de Contratação(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta mais vantajosa, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 10.13.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.14. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou sobrepreços, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para execução do objeto desta contratação.
- 10.15. O(a) Agente de Contratação(a) solicitará ao licitante melhor classificado que no **prazo de até 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao valor do lance ofertado ou da negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 10.16. É facultado ao(a) Agente de Contratação(a) prorrogar o prazo estabelecido no **subitem 10.17**, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- 10.17. O não encaminhamento dos documentos, conforme prazo estipulado no **subitem 10.17** deste edital, caracterizará desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.18. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de item ou qualquer outro motivo.
- 10.19. No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação(a), no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação(a) persistir por tempo superior a **(15) quinze minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.21. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 10.22. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.23. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 10.24. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação(a) e os licitantes.
- 10.25. Os licitantes poderão registrar seus questionamentos para o(a) Agente de Contratação(a) via Sistema, acessando a página do ITEM/LOTE desejado, e em seguida clicando no link correspondente a inclusão de mensagem.
- 10.25.1. Estes questionamentos poderão ser respondidos pelo(a) Agente de Contratação(a) via mensagem ou através da disponibilização de documentos na sessão **“documentos anexos”**.
- 10.26. Após a negociação do preço, o(a) Agente de Contratação(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1. Encerrada a fase de lances, o(a) Agente de Contratação(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor orçado pela administração para a contratação.
- 11.2. Na hipótese da constatação de erros de somas e/ou produtos nas planilhas apresentadas, o(a) Agente de Contratação(a) procederá a correção dos cálculos, adotando os preços unitários informados nas propostas e os quantitativos da planilha, passando o resultado a ser o novo preço global da Proposta de Preços.
- 11.3. Será desclassificada a proposta que:
- a) conter vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - c) apresentar cotação de opção de produto (proposta alternativa);



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- d) apresentem cotação com quantitativos divergentes do Termo de Referência;
 - e) apresentar preços inexequíveis;
 - f) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - h) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 11.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final após a negociação superior ao estimado pela administração para a contratação ou que apresentar preço manifestamente inexequível, ou ainda que apresentar proposta final com mais de duas casas decimais.
- 11.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 11.6. O(a) Agente de Contratação(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de no máximo de 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.6.1. É facultado ao(a) Agente de Contratação(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, desde que não haja prejuízo à contratação do objeto.
- 11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Agente de Contratação(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.8. Havendo necessidade, o(a) Agente de Contratação(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 11.9. O(a) Agente de Contratação(a) deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 11.9.1. Também nas hipóteses em que o(a) Agente de Contratação(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.10. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 11.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 11.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Agente de Contratação(a) verificará a habilitação do licitante detentor da melhor proposta, observado o disposto neste Edital.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Sendo aceitável a proposta de **maior preço**, será analisada em seguida a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.
- 12.2. Após a solicitação encaminhada pelo(a) Agente de Contratação(a), o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar deverá apresentar pelo sítio eletrônico indicado no campo X – Dados do Edital, no **prazo máximo de 02 (duas) horas** e nos termos deste Edital, a documentação relacionada neste capítulo, para fins de habilitação
- 12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 12.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 12.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a Certidão Negativa de Débitos (CND) e Certidão de Regularidade Fiscal com o FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.8. No julgamento da habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas consideradas formais e ou materiais, com o objetivo de obtenção da proposta mais vantajosa para administração mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhe eficácia para fins de habilitação.
- 12.9. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará A Concorrência, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.
 - 12.9.1. As Certidões deverão ter a validade relativa à data de sua apresentação, sob pena de inabilitação.
- 12.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei. (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/21).
- 12.11. Os documentos de enquadramento (se for o caso) e de habilitação, relacionados nos subitens **12.13** e **4.6** deste edital, serão verificados por meio dos documentos anexados à plataforma de compras eletrônicas.
 - 12.11.1. Caso ocorra algum impedimento de ordem técnica, devidamente comprovado, que impeça que sejam anexados os documentos mencionados no subitem anterior, o(a) pregoeira poderá autorizar o envio do mesmo para o endereço de e-mail constante no rodapé deste edital, sendo que tais documentos devem atender às exigências deste capítulo.
- 12.12. A apresentação dos documentos dar-se-á, **preferencialmente**, por meio do anexo de **um único arquivo, no formato PDF/*OCR PESQUISÁVEL, contendo todos os documentos de forma**



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

compilada, organizados na ordem sequencial solicitada no subitem 12.13 deste edital, a fim de agilizar a análise.

12.13. Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:

12.14. Habilitação jurídica:

- 12.14.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 12.14.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 12.14.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 12.14.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

12.15. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 12.15.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 12.15.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- 12.15.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF.
- 12.15.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação atualizada pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.
- 12.15.5. Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, conforme modelo do **ANEXO III**, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 12.15.6. Caso o licitante detentor do melhor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 12.15.7. A verificação pelo Órgão responsável ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.16. Qualificação Econômico-Financeira.

- 12.16.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

12.17. Qualificação Técnica

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que comprove experiência de no mínimo 03 anos no ramo da atividade escolhida.

a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, cnpj, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, a atividade econômica escolhida/desenvolvidas, período da contratação;

a.2) A própria licitante poderá expedir um documento formal expressando a própria experiência. Uma vez que na próxima etapa serão solicitados documentos comprobatórios desta declaração.

b) Comprovação de conhecimento do objeto da concessão: a licitante deverá apresentar junto a sua habilitação, uma declaração informando que possui pleno conhecimento do objeto licitado, dos anexos deste termo de referência, bem como está ciente, e de acordo, com todas as condições e exigências do edital.

12.18. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por **90 (noventa) dias**, contados de sua expedição.

12.19. O(a) Agente de Contratação/Comissão se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.

12.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Agente de Contratação(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.22. Os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômica e Financeira poderão ser substituídos pelo registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal (SICAF), desde que apresentado dentro do prazo de validade, sendo necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC, caso contrário, o licitante fica obrigado a apresentá-los.

12.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.24. A regularidade dos documentos exigidos no subitem 12.15 será confirmada a autenticidade por meio de consulta "on-line".

12.25. A licitante que deixar de atender às condições de habilitação contidas neste edital, apresentar documento(s) incompleto(s), ilegível(is), com borrões, rasuras, entrelinhas, ou, ainda, com seus prazos de validade vencidos será inabilitada. Salvo o tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas no tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, nas restrições relativas às certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

12.26. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

13. DAS DECLARAÇÕES

13.1. **Para fins de habilitação**, fica ainda exigida a apresentação de **Declaração formal e expressa do licitante**, conforme **ANEXO V**, devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando que:



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- a) Aceita as condições estipuladas neste Edital;
- b) Executará/entregará os serviços de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela Prefeitura Municipal de Camaçari/BA;
- c) Obedecerá às ordens expedidas pela Prefeitura Municipal de Camaçari, durante a execução dos serviços;
- d) Entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Camaçari/BA;
- e) Inexistem quaisquer fatos impeditivos da sua habilitação;

14. DOS BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME/EPP

- 14.1. Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal mediante apresentação de declaração no modelo do **ANEXO IV** juntamente com a certidão, emitida há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para a realização do certame, pela Junta Comercial na qual se encontra inscrita e/ou certidão simples, extraída há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para a realização do certame, junto ao site da Receita Federal, sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.
- 14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 14.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 14.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa
- 14.5. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 14.6. Em caso de empate entre as propostas apresentadas será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - 14.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 14.7. Para efeito do disposto no **subitem 14.6**, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a”, serão convocadas as microempresa ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **subitem 14.6.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 14.6.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 14.8. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no **subitem 14.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 14.9. O disposto nos **subitens 14.6 e 14.7** somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 14.10. Independente do disposto nos **subitens 14.6 e 14.7**, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 15. DOS RECURSOS**
- 15.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 15.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada na plataforma eletrônica no prazo de **até 24 (vinte e quatro horas)**, sob pena de preclusão;
 - b) A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo descrito na alínea anterior, importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Agente de Contratação(a) ao vencedor.
 - c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 15.3. O não oferecimento de razões no prazo previsto no subitem 15.1 fará deserto o recurso.
- 15.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sítio eletrônico indicado no campo X – Dados do Edital ou através do e-mail da Comissão de Contratação: compel@camacari.ba.gov.br / compel2026@gmail.com.**
- 15.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos conforme disposto no §2º do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 15.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.10. O sistema aceitará a manifestação do recurso, inicialmente, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor.
- 15.11. O licitante desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

interpor recurso naquele momento.

- 15.12. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 15.13. Os recursos contra decisões do (a) Agente de Contratação (a), em regra, terão efeito suspensivo, sendo este restrito ao item/lote objeto das razões oferecidas.
- 15.14. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 15.15. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo(a) Agente de Contratação(a).
- 15.16. O recurso contra decisão do(a) Agente de Contratação(a) terá efeito suspensivo relativos aos atos de habilitação, inabilitação e julgamento das propostas.
- 15.17. A decisão do(a) Agente de Contratação(a) sobre o recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 15.18. As razões do recurso poderão ser enviadas para o endereço informado no item XI do preâmbulo do edital (Dados do Edital) direcionado para o(a) Agente de Contratação(a), sendo aceito também o envio através do e-mail: compel@camacari.ba.gov.br / compel2026@gmail.com.
- 15.19. Não serão conhecidos os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax.
- 15.20. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço informado no item XI do preâmbulo do edital (Dados do Edital).

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 16.3. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21, esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade máxima, que poderá:
- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 17.1. **Até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do certame.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- 17.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: compel@camacari.ba.gov.br / compel2026@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no item XI do preâmbulo do edital (Dados do Edital), devendo ser acompanhada de documentos que comprovem os poderes de quem assinou a impugnação.
- 17.3. Não serão conhecidas as impugnações interpostas depois de vencido o prazo legal.
- 17.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na plataforma eletrônica, no **prazo de até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 17.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) Agente de Contratação(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração dos documentos técnicos da fase preparatória, decidir sobre a impugnação.
- 17.5.1. Nos casos que necessitem de parecer técnico ou jurídico, o prazo de que trata o subitem 17.4 poderá ser majorado.
- 17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada, nos autos do processo de licitação.
- 17.7. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 17.8. Não logrará êxito o licitante que, tendo apresentado proposta de preço sem objeção aos termos do edital, venha a apontar, depois da abertura da sessão pública, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 18.1. Após a homologação do resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado no prazo de até 02 (dois) dias, contados a partir da data da notificação, para assinar o CONTRATO, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e eventual legislação específica.
- 18.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 18.3. A CONCESSIONÁRIA, incluída na Contrato, ficará obrigada a celebrar os instrumentos contratuais nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata, quando convocado.
- 18.4. O Contrato destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.
- 18.5. É facultado à Administração, havendo recusa da licitante vencedora em atender a convocação no prazo mencionado acima, convocar o 2º colocado e assim sucessivamente, na ordem de classificação pelo maior preço, para assinar o Contrato, na forma prevista na legislação vigente, ou revogar a licitação. Contudo, antes de tal convocação, deverão ser examinados os seus respectivos documentos habilitatórios, devendo os mesmos atender às exigências editalícias.
- 18.6. A CONCEDENTE convocará a CONCESSIONÁRIA para retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da convocação. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONCESSIONÁRIA



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo órgão comprador.

- 18.7. Havendo recusa do CONCESSIONÁRIA em atender a convocação no prazo mencionado no subitem 18.7 é facultado a CONCEDENTE convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação. Contudo, antes de tal convocação, deverão ser revalidadas as certidões de regularidade fiscal, que deverão atender as exigências editalícias.
- 18.8. A execução do objeto não poderá ser cedida, transferida ou subcontratada, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da Concedente.
- 18.9. A Contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital.
- 18.10. O contrato será divulgado no PNCP/Imprensa Oficial e disponibilizado durante a vigência do mesmo.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 19.1. A vigência do contrato está prevista no anexo deste edital.

20. DA REVISÃO E DA EXTINÇÃO

- 20.1. Os critérios de revisão dos preços, bem como, da extinção estão previstos no Contrato anexo deste edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e na Contrato anexos deste edital.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA

- 22.1. As obrigações das partes são as estabelecidas no Termo de Referência e na Contrato anexos deste edital.

23. DO PAGAMENTO

- 23.1. As condições para pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e na Contrato anexos deste edital.

24. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

- 24.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, nos termos dos incisos II e III do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 24.2. Revogar por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a decisão e anular se constatada insanável ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 24.3. Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, ressalvadas as hipóteses legais, cabendo o ônus da prova exclusivamente ao licitante/contratada.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 25.1. O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de Contratação(a) durante o certame.
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
 - e.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - e.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - e.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - e.4) deixar de apresentar amostra;
 - e.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - j.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - j.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - j.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.
- 25.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

26.4.1 Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

25.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 25.2, respeitados os seguintes parâmetros:

- a) atraso até 30 (trinta) dias: multa de 0,5% ao dia sobre o valor do contrato;
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que não tenha havido o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: multa de 15% sobre o valor do contrato;
- c) atraso superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: multa de 20% sobre o valor do contrato;
- d) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 20% sobre o valor do contrato;
- e) paralisar a entrega do objeto contratado, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 20% sobre o valor do contrato;
- f) adulterar ou alterar características físicas do objeto contratado: multa de 20% sobre o valor do contrato;
- g) entregar, como em bom estado ou verdadeiro, objeto contratado falsificado, furtado, deteriorado ou danificado e que cause danos à Administração: multa de 20% sobre o valor do contrato;

25.6. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem 26.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Camaçari, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.7. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem 26.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 24.1 que



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 25.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 26.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 25.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 25.9.1. As multas previstas neste capítulo não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 25.9.2. As multas previstas neste capítulo poderão ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos pela contratante decorrentes de outros contratos firmados com a administração pública municipal.
- 25.10. A aplicação das sanções previstas no subitem 25.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 25.11. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 25.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 25.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 25.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 25.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 25.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, na forma prevista neste instrumento obrigacional.
- 25.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 25.17. Os casos omissos e demais regras relativas às infrações administrativas e sanções deverão observar o disposto no Decreto Municipal 7.903/23.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

26. DO REAJUSTE

26.1.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado.

26.1.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo Concedente, do índice habitual de mercado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

26.1.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

26.1.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

26.1.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

26.1.7. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, seja direta ou indiretamente.

27.2. A apresentação de proposta a esta licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos.

27.3. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.

27.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Agente de Contratação(a).

27.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

27.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Agente de Contratação(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.7. É facultado ao(à) Agente de Contratação(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, na forma prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/21.

27.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Agente de Contratação(a) sob pena de desclassificação/inabilitação.



ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

- 27.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação, podendo o Ordenador de Despesa revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 27.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 27.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 27.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 27.14. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município, do Estado da Bahia ou da União, na Plataforma Eletrônica indicada no Campo X – Dados do Edital, ou no Portal de Compras deste Município.
- 27.15. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo(a) Agente de Contratação(a) com base na legislação vigente.
- 27.16. Poderão ser admitidos, pelo(a) Agente de Contratação(a), erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
- 27.17. Os erros materiais irrelevantes serão objetos de saneamento, mediante ato motivado do(a) Agente de Contratação(a).
- 27.18. Consideram-se erros materiais irrelevantes aqueles cuja ocorrência não comprometa a idoneidade do documento ou a perfeita compreensão do conteúdo da proposta.
- 27.19. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto no § 2º do art. 12º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 27.19.1. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, observado o inciso I do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 27.20. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- 27.20.1. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal, conforme disposto no inciso V do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 27.21. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízos sanções cabíveis.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

27.22. Fica designado o foro da Cidade de Camaçari, Estado da Bahia – Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

27.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de proposta de preços;
- c) ANEXO III – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d) ANEXO IV – Declaração de enquadramento Microempresa ou EPP;
- e) ANEXO V – Modelo de Declarações (item 13.1);
- f) ANEXO VI – Minuta do Contrato;
- g) ANEXO VII – Dados do representante legal para assinatura da Contrato/Instrumento Contratual;
- h) ANEXO VIII – Anexos Disponibilizados.

Camaçari/BA, 19 de maio de 2026

Wadna Cheile Melo da Costa
Agente de Contratação



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

**CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO

CONCESSÃO DE USO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA, ATRAVÉS DE ATIVIDADES COMERCIAIS PRÉ-DEFINIDAS, DE 7 (SETE) QUIOSQUES LOCALIZADOS NA AVENIDA PRAIA DE ITACIMIRIM, EM ITACIMIRIM, DISTRITO DE MONTE GORDO, CAMAÇARI – BA. A OUTORGA SERÁ CONCEDIDA A PESSOA JURÍDICA, DE DIREITO PRIVADO, QUE APRESENTE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E ATENDA AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

2. JUSTIFICATIVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI REALIZOU UM INVESTIMENTO SIGNIFICATIVO NA REQUALIFICAÇÃO URBANA E TURÍSTICA DA ORLA DE ITACIMIRIM. A NOVA INFRAESTRUTURA, QUE INCLUI UM CALÇADÃO MODERNO E OS QUIOSQUES OBJETO DESTA DEMANDA, CARECE DE COMÉRCIO/SERVIÇOS QUALIFICADOS PARA ATENDER ADEQUADAMENTE TANTO A COMUNIDADE LOCAL QUANTO OS VISITANTES. A CONCESSÃO DO USO DOS 7(SETE) QUIOSQUES, DE FORMA ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL COM ATIVIDADES PREDEFINIDAS, JUSTIFICA-SE DEVIDO A NECESSIDADE DE ATIVAÇÃO ECONÔMICA DE UM ESPAÇO PÚBLICO QUALIFICADO.

ADEMAIS, A ESTRATÉGIA DE LICITAR OS 7 QUIOSQUES DE FORMA INDIVIDUALIZADA, POR MEIO DE UM INSTRUMENTO JURÍDICO COMO A CONCESSÃO DE USO VISA DEMOCRATIZAR O ACESSO À OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO FOMENTANDO A PARTICIPAÇÃO DE EMPREENDEDORES DE TODO O BRASIL. ESTA ABORDAGEM ESTÁ ALINHADA COM A POLÍTICA MUNICIPAL DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA LOCAL E ORDENAMENTO DO COMÉRCIO, PROMOVENDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DE FORMA DIRETA E INCLUSIVA. A FORMALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS QUIOSQUES POR MEIO DE UM PROCESSO LICITATÓRIO TRANSPARENTE E ISONÔMICO GARANTE O ORDENAMENTO DO USO DE UM ESPAÇO PÚBLICO DE ALTO VALOR ESTRATÉGICO E TURÍSTICO. ALÉM DISSO A CONCESSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO, CONSTITUIRÁ UMA NOVA FONTE DE RECEITA PARA O MUNICÍPIO, QUE SERÁ REVERTIDA EM PROL DA COLETIVIDADE, REMUNERANDO O INVESTIMENTO REALIZADO ATRAVÉS DA CESSÃO DO DIREITO DE USO DE UM PATRIMÔNIO PÚBLICO, ATIVANDO ECONOMICAMENTE O NOVO ESPAÇO, GARANTINDO SUA VITALIDADE E O RETORNO DESTES INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM FORMA DE BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE.

3. METODOLOGIA

A CONCESSÃO DO OBJETO, QUE TRATA ESTE TERMO DE REFERÊNCIA, OCORRERÁ DE FORMA ONEROSA. SELECIONANDO PESSOAS JURÍDICAS, DE DIREITO PRIVADO, ATRAVÉS DA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, AINDA QUE NO FORMATO ELETRÔNICO, VISANDO A OFERTA DE MAIOR PREÇO PÚBLICO MENSAL, POR CADA QUIOSQUE, OBJETIVANDO FOMENTAR O TURISMO E A ECONOMIA LOCAL ATRAVÉS DE ATIVIDADES COMERCIAIS PRÉ-DEFINIDAS.

PARA GARANTIR A ISONOMIA, TRANSPARÊNCIA E A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, O PROCESSO DE LICITAÇÃO DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, SEGUIR AS SEGUINTE DIRETRIZES:

INSTRUMENTO JURÍDICO: A CONCESSÃO DE USO SERÁ FORMALIZADA POR MEIO DE UM CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, UM INSTRUMENTO BILATERAL QUE CONFERE DIREITOS E DEVERES CLAROS E ESTÁVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO E O CONCESSIONÁRIO;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: A SELEÇÃO DO VENCEDOR PARA CADA LOTE (QUIOSQUE) SE DARÁ PELO CRITÉRIO DE MAIOR OFERTA (OU MAIOR LANCE) DE PREÇO PÚBLICO MENSAL;

VALOR INICIAL: O VALOR DO LANCE INICIAL DA OUTORGA MENSAL, A SER PAGA POR CADA LOTE (QUIOSQUE), DEVERÁ SER A MÉDIA QUE CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA, ANEXOS IV, V E VI, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA;

VALOR FINAL: O VALOR A SER PAGO MENSALMENTE DEVERÁ SER DEFINIDO ATRAVÉS DA DISPUTA NO CERTAME LICITATÓRIO. ONDE A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVERÁ SER A SELECIONADA;

DESTINAÇÕES COMERCIAIS (MIX COMERCIAL): AS ATIVIDADES-FIM A SEREM EXPLORADAS EM CADA UM DOS 7 QUIOSQUES ESTÃO PREDEFINIDAS, VISANDO GARANTIR A DIVERSIDADE E A QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS NA ORLA, SENDO:

QUIOSQUE 01: SOUVENIRS (ARTESANATO E LEMBRANÇAS LOCAIS);

QUIOSQUE 02: HAMBURGUERIA;

QUIOSQUE 03: BIKE SHOP;

QUIOSQUE 04: GELATOS;

QUIOSQUE 05: MODA PRAIA;

QUIOSQUE 06: MASSAS/PIZZARIA;

QUIOSQUE 07: CAFETERIA.

4. REGÊNCIA LEGAL

O PROCESSO LICITATÓRIO DEVERÁ SER REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº14.133/21, LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, E PELA LEI Nº 8.987/95, QUE TRATA SOBRE O REGIME DE CONCESSÃO.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL BÁSICA DE REFERÊNCIA

LEI Nº 803/2007, DE 11 DE JULHO DE 2007.

LEI Nº 11120/2010 – CÓDIGO DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA.

LEI Nº 1563/2018 – LEI DE PUBLICIDADE.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

A OUTORGA FIRMADA DEVERÁ TER O PRAZO DE VIGÊNCIA CORRESPONDENTE A 5 (CINCO) ANOS. PODERÁ SER ADMITIDA A PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, OBSERVANDO CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 110, INCISO II DA LEI FEDERAL 14.133/21, TOTALIZANDO UM PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) ANOS.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

6. DETALHAMENTO DO OBJETO

O PROJETO CONTEMPLA 7(SETE) QUIOSQUES QUE ESTÃO LOCALIZADOS NA ALAMEDA ITACIMIRIM (A AVENIDA PRINCIPAL), ITACIMIRIM, DISTRITO DE MONTE GORDO, CAMAÇARI-BA. E ESTÃO DISTRIBUÍDOS EM DOIS MODELOS DE PLANTAS DISTINTAS:

QUIOSQUE TIPO 1: MEDINDO 21,38 M² DE ÁREA ÚTIL POR QUIOSQUE (ANEXO II).

QUIOSQUE TIPO 2: MEDINDO 21,72 M² DE ÁREA ÚTIL POR QUIOSQUE (ANEXO III).

LOTE 01 – SOUVENIRS

Item	Produto	Qtd.	Per	Valor	U.M	Total
1	9494091708 – QUIOSQUE TIPO 01 – SOUVENIRS	1	60	R\$ 1.593,66	Mês	R\$ 95.619,60

Descrição:

QUIOSQUE TIPO 01 – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS, MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXM-AR.

Total geral dos Itens: R\$ 95.619,60

LOTE 02 – HAMBURGUERIA

Item	Produto	Qtd.	Per	Valor	U.M	Total
1	9494091709 – QUIOSQUE TIPO 01 – HAMBURGUERIA	1	60	R\$ 1.593,66	Mês	R\$ 95.619,60

Descrição:

QUIOSQUE TIPO 01 – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS, MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 A 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXM-AR.

Total geral dos Itens: R\$ 95.619,60



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

LOTE 03 - BIKE SHOP

Item	Produto	Qtd.	Per	Valor	U.M	Total
1	9494091710 – QUIOSQUE TIPO 01 – BIKE SHOP	1	60	R\$ 1.593,66	Mês	R\$ 95.619,60

Descrição:

QUIOSQUE TIPO 01 – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXM-AR.

Total geral dos Itens: R\$ 95.619,6000

LOTE 04 – GELATOS

Item	Produto	Qtd.	Per	Valor	U.M	Total
1	9494091711 – QUIOSQUE TIPO 02 – GELATOS	1	60	R\$ 1.608,14	Mês	R\$ 96.488,40

Descrição:

QUIOSQUE TIPO 02 – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,86 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,72 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXIM-AR.

Total geral dos Itens: R\$ 96.488,4000

LOTE 05 – MODA PRAIA

Item	Produto	Qtd.	Per	Valor	U.M	Total
1	9494091712 – QUIOSQUE TIPO 02 – MODA PRAIA	1	60	R\$ 1.608,14	Mês	R\$ 96.488,40

Descrição:

QUIOSQUE TIPO 02 – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,86 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,72 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXM-AR.

Total geral dos Itens: R\$ 96.488,40

LOTE 06 – MASSAS/PIZZARIA

Item	Produto	Qtd.	Per	Valor	U.M	Total
1	9494091713 – QUIOSQUE TIPO 01 – MASSAS / PIZZARIA	1	60	R\$ 1.593,66	Mês	R\$ 95.619,60

Descrição:

QUIOSQUE TIPO 01 – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXIM-AR.

Total geral dos Itens: R\$ 95.619,60

LOTE 07 – CAFETERIA

Item	Produto	Qtd.	Per	Valor	U.M	Total
1	9494091714 – QUIOSQUE TIPO 01 – CAFETERIA	1	60	R\$ 1.593,66	Mês	R\$ 95.619,60

Descrição:

QUIOSQUE TIPO 01 – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATE 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXM-AR.

Total geral dos Itens: R\$ 95.619,60

7. VALOR GLOBAL ESTIMADO – LANCE MÍNIMO

O VALOR DO LANCE MÍNIMO A SER UTILIZADO COMO LANCE INICIAL NO CERTAME LICITATÓRIO DEVERÁ SER O VALOR QUE CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO, (ANEXOS IV, V, VI), OBTIDO ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA – PROCESSO TÉCNICO E FORMAL UTILIZADO PARA DETERMINAR O VALOR DE MERCADO DE UM BEM (GERALMENTE UM IMÓVEL) ATRAVÉS DA ANÁLISE DE DADOS DO MERCADO, COMPARANDO-O COM PROPRIEDADES SIMILARES, E CONSIDERANDO FATORES COMO LOCALIZAÇÃO, OFERTA/DEMANDA, E CONDIÇÕES DO IMÓVEL.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- A. PARA OS QUIOSQUES/LOTES 01, 02, 03, 06 E 07- ADMITIR-SE-Á VALORES PARA LOCAÇÃO MENSAL DO IMÓVEL A PARTIR DE R\$ 1.593,66 (UM MIL QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).
- B. PARA OS QUIOSQUES/LOTES 04 E 05 – ADMITIR-SE-Á VALORES PARA LOCAÇÃO MENSAL DO IMÓVEL A PARTIR DE R\$ 1.608,14 (UM MIL, SEISCENTOS E OITO REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

8. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO DA OUTORGA

O VALOR REFERENTE À OUTORGA CORRESPONDE AO VALOR DO LANCE VENCEDOR NO CERTAME LICITATÓRIO. OU SEJA, ESTE VALOR SERÁ PAGO MENSALMENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI POR MEIO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (DAM). E SERÁ REAJUSTADO ANUALMENTE POR UM ÍNDICE OFICIAL DE INFLAÇÃO (IPCA).

NOTA - A CONCESSIONÁRIA TERÁ EXCLUSIVIDADE NA EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE FIM, OBJETO ESCOLHIDO, DESTE CONTRATO DE CONCESSÃO. CONSIDERANDO A REMUNERAÇÃO PAGA PELA OUTORGA DURANTE TODO O PERÍODO DA CONCESSÃO;

9. CONDIÇÕES GERAIS PARA A CONCESSÃO DO BEM PÚBLICO

UMA VEZ FORMALIZADA A CONCESSÃO, O LICITANTE VENCEDOR DEVERÁ SEGUIR UM RIGOROSO CONJUNTO DE REGRAS OPERACIONAIS E DE CONDUTA, SÃO ELAS:

EXCLUSIVIDADE DA ATIVIDADE – FIM: A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ EXPLORAR EXCLUSIVAMENTE A ATIVIDADE COMERCIAL PARA A QUAL O QUIOSQUE FOI LICITADO (EX: GELATOS, HAMBURGUERIA, ETC.), GARANTINDO A MANUTENÇÃO DO MIX COMERCIAL PLANEJADO PELA PREFEITURA;

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO: É OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA MANTER O QUIOSQUE E SEUS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, HIGIENE E LIMPEZA, ARCANDO COM TODOS OS CUSTOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA;

INTRÂNSFERIBILIDADE DA CONCESSÃO: É EXPRESSAMENTE VEDADA A SUBCONCESSÃO, CESSÃO, ALUGUEL OU QUALQUER OUTRA FORMA DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO A TERCEIROS, POR SE TRATAR DE UM ATO DE CARÁTER PESSOAL E INTRANSFERÍVEL;

OBTENÇÃO DE LICENÇAS: A CONCESSIONÁRIA É RESPONSÁVEL POR OBTER E MANTER VÁLIDOS, ÀS SUAS EXPENSAS, TODOS OS ALVARÁS E LICENÇAS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO, NOTADAMENTE:

- a) ALVARÁ DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO FIXO, A SER EMITIDO PELA SEDUR.
- b) ALVARÁ DE SAÚDE, EMITIDO PELA SESAU, OBRIGATÓRIO PARA AS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS.
- c) ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO JUNTO À SEFAZ.
- d) ALVARÁ DE PUBLICIDADE PARA QUALQUER TIPO DE ENGENHO PUBLICITÁRIO, EMITIDO PELA SEDUR.

PADRÕES E NORMAS: A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ SEGUIR OS PADRÕES DE COMUNICAÇÃO VISUAL, MOBILIÁRIO EXTERNO E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO PERTINENTES À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, ALÉM DE CUMPRIR INTEGRALMENTE O CÓDIGO DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA (LEI 11120/2010), A LEI DE PUBLICIDADE (LEI 1563/2018) E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, ESPECIALMENTE QUANTO À CORRETA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

NOTA: MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS PODERÃO SER REALIZADAS, MEDIANTE PRÉVIA ANÁLISE E APROVAÇÃO DA SEDUR, DESDE QUE NÃO HAJA ALTERAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS QUIOSQUES.

QUALIDADE DO ATENDIMENTO: PRESTAR SERVIÇOS COM URBANIDADE E QUALIDADE AOS USUÁRIOS.

10. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

SOMENTE PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.

10.1 PARA FINS DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADO

COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL, ESTATUTO SOCIAL OU ATO CONSTITUTIVO EM VIGOR. NO CASO DE HAVER SÓCIO DEVERÁ SER APRESENTADO OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS MESMOS E/OU REPRESENTANTES LEGAIS;

COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL: COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, BEM COMO A APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF) E DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT);

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA: APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPROVANTE FORMAL EM QUE O LICITANTE EXPRESSA QUE POSSUI CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA OPERAR O NEGÓCIO E QUE NÃO SE ENCONTRA EM PROCESSO DE FALÊNCIA;

COMPROVAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO DA CONCESSÃO: A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTO A SUA HABILITAÇÃO, UMA DECLARAÇÃO INFORMANDO QUE POSSUI PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO LICITADO, DOS ANEXOS DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA, BEM COMO ESTÁ CIENTE, E DE ACORDO, COM TODAS AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA: APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM NOME DA LICITANTE, FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COMPROVANDO DESEMPENHO DE ATIVIDADE PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, QUE COMPROVE EXPERIÊNCIA DE NO MÍNIMO 03 ANOS NO RAMO DA ATIVIDADE ESCOLHIDA.

c) O(S) ATESTADO(S) DEVERÁ(ÃO) SER APRESENTADO(S) CONSTANDO AS SEGUINTE(S) INFORMAÇÃO(ES) DA EMITENTE: PAPEL TIMBRADO, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE, DATA DE EMISSÃO, NOME E CARGO/FUNÇÃO DE QUEM ASSINA O DOCUMENTO, BEM COMO CONTER OBJETO, A ATIVIDADE ECONÔMICA ESCOLHIDA/DESENVOLVIDAS, PERÍODO DA CONTRATAÇÃO;

NOTA: A PRÓPRIA LICITANTE PODERÁ EXPEDIR UM DOCUMENTO FORMAL EXPRESSANDO A PRÓPRIA EXPERIÊNCIA. UMA VEZ QUE NA PRÓXIMA ETAPA SERÃO SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DESTA DECLARAÇÃO.

10.3 PARA A ADJUDICAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADO

PROJETO DE INSTALAÇÃO INTERNA: DEVERÁ SER APRESENTADO O PLANO DE NEGÓCIOS, E PLANTA HUMANIZADA DO PROJETO;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

COMPROVAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE): DEVERÁ SER APRESENTADO O REGISTRO ESPECÍFICO, OU QUE SE ENQUADRE, PARA A ATIVIDADE ECONÔMICA ESCOLHIDA;

COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA: DEVERÁ SER APRESENTADO A DOCUMENTAÇÃO QUE POSSA COMPROVAR A EXPERTISE DO LICITANTE NA ATIVIDADE ECONÔMICA ESCOLHIDA. EXEMPLO: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO, NOTAS FISCAIS COM DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS OFERECIDOS, BALANÇO MENSAL E /OU ANUAL, LICENÇAS, ATESTADOS EXPEDIDOS OU QUALQUER OUTRO DOCUMENTO QUE COMPROVE A EXPERIÊNCIA DA LICITANTE;

COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL: DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE POSSUI APARELHAMENTOS (TÉCNICO E PESSOAL) ADEQUADOS PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO;

NOTAS: CABERÁ AO TITULAR DA SEDUR, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, ATRAVÉS DE INDICAÇÃO OU PORTARIA ESPECÍFICA PARA TAL FIM, A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PARA A ADJUDICAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA.

11. INÍCIO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ INICIAR OS SERVIÇOS EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS A ASSINATURA E A PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO. ESSE PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO PELA CONCEDENTE, MEDIANTE SOLICITAÇÃO JUSTIFICADA E DOCUMENTADA.

12. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

12.1 – EFETUAR O PAGAMENTO REFERENTE A OUTORGA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI;

12.2 – OCUPAR EXCLUSIVAMENTE O ESPAÇO QUE LHE FOI DESTINADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. DISPONDO DE TODOS OS MÓVEIS, MAQUINÁRIOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS, DE ACORDO COM A ATIVIDADE QUE PRETENDE REALIZAR, PARA O SEU PLENO FUNCIONAMENTO;

12.3 – A CONCESSIONÁRIA VENCEDORA DEVERÁ PROMOVER A CONSERVAÇÃO DO BEM PÚBLICO ONDE ESTÁ SITUADA, CONSERVANDO O IMÓVEL EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE HIGIENE E LIMPEZA, SENDO RESPONSÁVEL PELOS DANOS A EDIFICAÇÃO, INCLUSIVE, AS RESULTANTES DO USO, DEVENDO A MESMA PROMOVER A SUBSTITUIÇÃO E REPAROS NECESSÁRIOS, ARCANDO COM TODOS OS ÔNUS INERENTES AOS DANOS, PRESTANDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO QUIOSQUE CEDIDO, SEMPRE QUE NECESSÁRIO, DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO VISANDO À MANUTENÇÃO NO ESTADO ORIGINAL, OU SEJA, EM PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO, FICANDO SOB SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE, SEM O DIREITO DE COBRAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI AS DESPESAS COM AS MANUTENÇÕES;

12.4 – SERÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA, TODAS AS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE ATOS OU OMISSÕES ORIUNDAS DO PRESENTE INSTRUMENTO, RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE, COM EXCLUSIVIDADE, POR TODO E QUALQUER DANO QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, VENHA CAUSAR À CONCEDENTE OU A TERCEIROS NA EXECUÇÃO DO OBJETO DESTES CONTRATO;

12.5 – A CONCESSIONÁRIA É RESPONSÁVEL POR QUAISQUER COMPROMISSOS ASSUMIDOS E DANOS CAUSADOS A TERCEIROS, BEM COMO INDENIZAÇÃO A ESTES EM DECORRÊNCIA DE ATOS DE SEUS EMPREGADOS, PREPOSTOS OU SUBORDINADOS, AINDA QUE VINCULADOS À EXECUÇÃO DA CONCESSÃO;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

12.6 – A CONCESSIONÁRIA FICA CIENTE DE QUE DEVERÁ RESPEITAR TODA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL E/OU FEDERAL, E CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE LEIS E NORMAS DE SEGURANÇA, PADRÕES ESTABELECIDOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE PÚBLICA, BEM COMO, ESTAR COM OS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A REGULARIDADE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DO ESTABELECIMENTO JUNTO AOS SETORES COMPETENTES DA MUNICIPALIDADE (ALVARÁ E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO E LICENÇA SANITÁRIA);

12.7 – A CONCESSIONÁRIA VENCEDORA DEVERÁ DISPOR DE QUADRO DE PESSOAL COMPOSTO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA EXECUTAR TODAS AS ETAPAS DOS PROCEDIMENTOS E EM QUANTIDADE SUFICIENTE, FORNECENDO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) CABÍVEIS A TODOS OS SEUS FUNCIONÁRIOS ENQUANTO PERMANECEREM NO SERVIÇO, BEM COMO ESTAR DE ACORDO COM OS PADRÕES DE SEGURANÇA ESTABELECIDOS PARA OS USUÁRIOS;

12.8 – A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ PROCEDER COM A LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS BANHEIROS/SANITÁRIOS DOS QUIOSQUES, E DEVERÁ MANTER LIMPAS E HIGIENIZADAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DA ESTRUTURA UTILIZADA PARA O FUNCIONAMENTO, BEM COMO SE RESPONSABILIZAR EM RELAÇÃO À FORMA DE ACONDICIONAMENTO ADEQUADO, REMOÇÃO E DESCARTE DO LIXO PRODUZIDO NO QUIOSQUE;

12.9 – RESPONSABILIZAR-SE POR QUAISQUER DANOS QUE CAUSAR A CONCEDENTE OU A TERCEIROS NA EXECUÇÃO DO OBJETO DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA, INCLUSIVE OS PRATICADOS POR PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS A ELA VINCULADAS;

12.10 – ZELAR PELA MANUTENÇÃO E BOA APARÊNCIA DOS MOBILIÁRIOS QUE VENHAM A SER UTILIZADOS NA EXPLORAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES;

12.11 – OS CUSTOS DE PROJETOS E EXECUÇÃO PARA QUALQUER ADEQUAÇÃO DO QUIOSQUE, PARA SEU FUNCIONAMENTO, INCLUSIVE OS QUE POR VENTURA FOREM EXIGIDOS DEVIDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE SERÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA VENCEDORA. A CONCESSIONÁRIA VENCEDORA NÃO PODERÁ FAZER MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA FÍSICA DO QUIOSQUE SEM AVISO PRÉVIO E CONSENTIMENTO DA CONCEDENTE;

12.12 – A CONCESSÃO OBJETO DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA NÃO ISENTA A CONCESSIONÁRIA DE CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ORIUNDAS DE SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL;

12.13 – OS ANÚNCIOS DE PUBLICIDADE A SEREM VEICULADOS PELA CONCESSIONÁRIA DEVEM OBEDECER ÀS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS VIGENTES FICANDO A CONCESSIONÁRIA INTEGRALMENTE RESPONSÁVEL PELOS ANÚNCIOS EXPOSTOS NO ESTABELECIMENTO CONCEDIDO;

12.14 – EM CASO DE CONSTATAÇÃO POR PARTE DA CONCEDENTE, DE QUALQUER TIPO DE DANO, INCLUSIVE AQUELES RELATIVOS À CRIAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS, CABERÁ À CONCESSIONÁRIA ARCAR COM OS CUSTOS NECESSÁRIOS À REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS;

12.15 – A CONCESSIONÁRIA VENCEDORA SERÁ RESPONSÁVEL POR SOLICITAR OS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA DO PRÓPRIO QUIOSQUE. FICANDO SOB SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE OS CUSTOS MENSIS DOS MESMOS, BEM COMO POR TODOS OS TRIBUTOS INERENTES A EXECUÇÃO DO OBJETO;

12.16 – A CONCESSIONÁRIA NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO DEVERÁ ASSINAR, TAMBÉM, UM TERMO DE RESPONSABILIDADE NO QUAL CONSTARÃO AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DAS EDIFICAÇÕES DOS QUIOSQUES;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

12.17 – A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ RESTITUIR O IMÓVEL, QUANDO FINDADA A CONCESSÃO, NO ESTADO EM QUE RECEBEU, CONFORME LAUDO DE VISTORIA, SALVO AS DETERIORAÇÕES DE SEU USO NORMAL;

12.18 – A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ PERMITIR O LIVRE ACESSO DA CONCEDENTE AOS LOCAIS, ÁREAS OU A QUALQUER ELEMENTO QUE JULGAR NECESSÁRIO PARA EFEITOS DE FISCALIZAÇÃO;

12.19 – É VEDADA A UTILIZAÇÃO DO QUIOSQUE PARA QUALQUER OUTRO FIM QUE NÃO O PREVISTO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA;

12.20 – APRESENTAR QUANDO SOLICITADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI PROVA DE REGULARIDADE FISCAL, TRIBUTÁRIA, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA, EM ESPECIAL AS CERTIDÕES EXPEDIDAS PELAS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, CORRESPONDENTES AOS RECOLHIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA, DEPÓSITOS DO FGTS E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, BEM COMO DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A QUITAÇÃO DE EVENTUAIS DÍVIDAS COM A CONCEDENTE. NA HIPÓTESE DE O CONCESSIONÁRIO NÃO COMPROVAR A REGULARIZAÇÃO JUNTO AO INSS E FGTS, SERÁ NOTIFICADO, SENDO-LHE FACULTADO O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS PARA APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES, SOB PENA DE RESCISÃO DOS REFERIDOS CONTRATOS, POR INFRINGÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 195, PARÁGRAFO 3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. E NO ART. 50, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

12.21 – A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ INICIAR OS SERVIÇOS EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO.

13. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

f) PERMITIR O LIVRE ACESSO DO CONCESSIONÁRIO AOS LOCAIS ONDE SERÃO REALIZADOS OS SERVIÇOS;

g) REALIZAR A FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS. PODENDO EMBARGAR QUALQUER SERVIÇO QUE NÃO ESTEJA EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO CONTRATO DE CONCESSÃO. OU AINDA, PARALISAR E/OU SUSPENDER TOTALMENTE, A QUALQUER MOMENTO, CASO HAJA DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS OU METODOLOGIA ESTIPULADA;

h) PROPORCIONAR TODAS AS FACILIDADES PARA QUE O CONCESSIONÁRIO POSSA DESEMPENHAR SEUS SERVIÇOS DENTRO DAS NORMAS DO FUTURO CONTRATO;

i) PRESTAR INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS PERTINENTES E NECESSÁRIOS QUE VENHAM A SER SOLICITADOS OFICIALMENTE PELO REPRESENTANTE E/OU CONCESSIONÁRIO;

j) COMUNICAR FORMALMENTE E IMEDIATAMENTE A CONTRATADA AS IRREGULARIDADES MANIFESTADAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

k) REPASSAR SEMPRE POR ESCRITO AO CONCESSIONÁRIO AS NOTIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES JULGADAS NECESSÁRIAS PARA A EXPLORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO QUALQUER RECLAMAÇÃO DOS VISITANTES;

l) A CONCEDENTE NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUAISQUER TIPOS DE DANOS QUE VENHAM A OCORRER EM MERCADORIAS OU UTENSÍLIOS PERTENCENTE AO CONCESSIONÁRIO;

m) EMITIR O DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (DAM) REFERENTE A CONCESSÃO DO IMÓVEL OBJETO DA LICITAÇÃO.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

NOTA: A CONCEDENTE PODERÁ REALIZAR INSPEÇÕES PERIÓDICAS NA ÁREA CONCEDIDA POR MEIO DE UM DOS SEUS SERVIDORES.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO SERÁ REALIZADA PELA GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES E PUBLICIDADE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE.

A SEDUR REPRESENTARÁ A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI NO QUE TANGE A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DESTE CONTRATO, DAS SEGUINTE FORMAS:

- d) EXIGIR DA CONCESSIONÁRIA O CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO CONTRATO DE CONCESSÃO;
- e) COMUNICAR A CONCESSIONÁRIA ACERCA DE DESCUMPRIMENTOS DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS, DANDO-LHES CIÊNCIA DO ATO, POR ESCRITO, E OBSERVANDO-SE O AJUSTE CONSTANTE DESTE TERMO, DETERMINANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À CORREÇÃO DE FALHAS OBSERVADAS;
- f) TRANSMITIR SUAS ORDENS E INSTRUÇÕES POR ESCRITO, SALVO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA OU EMERGÊNCIA, SENDO RESERVADO À CONCESSIONÁRIA O DIREITO DE SOLICITAR DA SEDUR, POR ESCRITO, A POSTERIOR CONFIRMAÇÃO DE ORDENS OU INSTRUÇÕES VERBAIS RECEBIDAS;
- g) REJEITAR TODO E QUALQUER SERVIÇO DE MÁ QUALIDADE OFERECIDO A POPULAÇÃO, ALÉM DE ESTIPULAR O PRAZO PARA A SUA RETIFICAÇÃO, SEMPRE POR ESCRITO E DEVIDAMENTE PROTOCOLADO;

A PRESENTE CONCESSÃO PODERÁ SER RESCINDIDA PELA CONCEDENTE, NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

- 28.** NA TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS NESTE TERMO, NO TODO OU EM PARTE A OUTRO INTERESSADO;
- 29.** NO DESCUMPRIMENTO PELA CONCESSIONÁRIA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE PERTINENTE E DOS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E NA PROPOSTA ORIGINAL.

NOTAS:

NOTA 1: O(S) GESTOR(ES) FISCALIZADOR(ES) DO CONTRATO TERÁ, A QUALQUER TEMPO, ACESSO A TODAS AS DEPENDÊNCIAS VINCULADAS A EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO;

NOTA 2: O GERENCIAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, EMISSÃO DE NORMAS E REGULAMENTOS, APLICAÇÃO DE PENALIDADES E DEMAIS ATOS PERTINENTES AO PRESENTE CONTRATO DE CONCESSÃO, É DE INTEIRA COMPETÊNCIA DO PODER CONCEDENTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, RESPEITADAS AS DISPOSIÇÕES DO PRESENTE CONTRATO E DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

NÃO HAVERÁ DESEMBOLSO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

16. ANEXOS

ANEXO I: MEMORIAL DESCRITIVO E RELATÓRIO FOTOGRÁFICO;

ANEXO II: PLANTA DO QUIOSQUE – TIPO I;

ANEXO III: PLANTA DO QUIOSQUE – TIPO 2;

ANEXO IV: LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA – QUIOSQUES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07;

ANEXO V: LINK COM O ARQUIVO KMZ COM A GEOLOCALIZAÇÃO DOS QUIOSQUES.

<https://drive.google.com/drive/folders/192VK9Y1OPmuntk-RVqPg7ty2U93UP0USSusp=sharing>



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

**CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Á PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI - PMC		CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026 (ELETRÔNICO)
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:		
NÚMERO DO CNPJ:	TEL:	
PESSOA PARA CONTATO:		

OBJETO: CONCESSÃO DE USO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA, ATRAVÉS DE ATIVIDADES COMERCIAIS PRÉ-DEFINIDAS, DE 7 (SETE) QUIOSQUES LOCALIZADOS NA AVENIDA PRAIA DE ITACIMIRIM, EM ITACIMIRIM, DISTRITO DE MONTE GORDO, CAMAÇARI – BA. A OUTORGA SERÁ CONCEDIDA A PESSOA JURÍDICA, DE DIREITO PRIVADO, QUE APRESENTE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E ATENDA AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

LOTE 01					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UF	VALOR MENSAL (B)	VALOR TOTAL (A) X (B)
01	<u>QUIOSQUE TIPO 01 – SOUVENIRS</u> – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS, MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXMAR.	60	MÊS		
VALOR TOTAL DO LOTE 01 (R\$)					

LOTE 02					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UF	VALOR MENSAL (B)	VALOR TOTAL (A) X (B)
01	<u>QUIOSQUE TIPO 01 – HAMBURGUERIA</u> – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS, MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE	60	MÊS		



ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

	POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 A 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXMAR.				
VALOR TOTAL DO LOTE 02 (R\$)					

LOTE 03					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UF	VALOR MENSAL (B)	VALOR TOTAL (A) X (B)
01	QUIOSQUE TIPO 01 – BIKE SHOP – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXMAR.	60	MÊS		
VALOR TOTAL DO LOTE 03 (R\$)					

LOTE 04					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UF	VALOR MENSAL (B)	VALOR TOTAL (A) X (B)
01	QUIOSQUE TIPO 02 – GELATOS – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,86 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,72 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXMAR.	60	MÊS		
VALOR TOTAL DO LOTE 04 (R\$)					



ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

LOTE 05					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UF	VALOR MENSAL (B)	VALOR TOTAL (A) X (B)
01	QUIOSQUE TIPO 02 – MODA PRAIA – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,86 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,72 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXM-AR.	60	MÊS		
VALOR TOTAL DO LOTE 05 (R\$)					

LOTE 06					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UF	VALOR MENSAL (B)	VALOR TOTAL (A) X (B)
01	QUIOSQUE TIPO 01 – MASSAS / PIZZARIA – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXIM-AR.	60	MÊS		
VALOR TOTAL DO LOTE 06 (R\$)					

LOTE 07					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UF	VALOR MENSAL (B)	VALOR TOTAL (A) X (B)
01	QUIOSQUE TIPO 01 – CAFETERIA – OBRA EDIFICADA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO, COM DOIS CÔMODOS MEDINDO 10,69 M2 CADA, TOTALIZANDO A ÁREA ÚTIL DA EDIFICAÇÃO EM 21,38 M2. NO INTERIOR AS ÁREAS MOLHADAS RECEBEM REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ 1,80 M	60	MÊS		



ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

DE ALTURA, ENQUANTO AS DEMAIS SUPERFÍCIES SÃO FINALIZADAS COM PINTURA EM TINTA PVA. A ÁREA EXTERNA POSSUI COBERTURA EM TELHA CERÂMICA, COM INFERIOR DA FACHADA REVESTIDA EM MADEIRA E REVESTIMENTO CERÂMICO NA PARTE SUPERIOR DA ÁREA EXTERNA. CADA QUIOSQUE POSSUI 2 BANCADAS, COM PIA MEDINDO 1,20 X 0,60M, 2 CAIXAS D'ÁGUA DE 250 LITROS CADA, 2 PORTAS DE ALUMÍNIO E 2 JANELAS TIPO MAXMAR.				
VALOR TOTAL DO LOTE 07 (R\$)				

Declaramos que concordamos e atenderemos todas as exigências do edital e seus anexos e que nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação, tais como: transporte; os custos com seus profissionais envolvidos na execução do objeto da licitação; tributos; emolumentos; contribuições sociais, fiscais e parafiscais; fretes para entrega de quaisquer produtos CIF/Camaçari; seguros; encargos sociais e trabalhistas; produtos de proteção individual e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

VALIDADE DA PROPOSTA	ASSINATURA DO FORNECEDOR
Prazos de entrega conforme indicado no campo IV – Dados do Edital.	<div>_____, ____/____/____</div> <div>LOCAL DATA ASSINATURA/CARIMBO</div>
Condições de pagamento conforme indicado no campo VI – Dados do Edital.	



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À

Prefeitura Municipal de Camaçari

Referente: CONCORRÊNCIA – 0007/2026

Declaramos, perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, e, sob as penas da lei, que atendemos a disposição prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, qual seja:

PROIBIÇÃO DE TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE A MENORES DE DEZOITO E DE QUALQUER TRABALHO A MENORES DE DEZESSEIS ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE QUATORZE ANOS.

_____, ____ de ____ de ____
Local e data

(nome, carimbo e assinatura do representante legal)



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

**CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Deverá ser redigida em papel timbrado ou carimbo da empresa)

....., inscrita no CNPJ n.º,

DECLARA, para fins de participação na Concorrência N.º 0007/2026 (ELETRÔNICO), sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que na presente data, esta empresa:

() está enquadrada como **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constante do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

() está enquadrada como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constante do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

() não está enquadrada como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**. Declara ainda ter conhecimento de que por esse motivo não será aplicado a esta empresa o tratamento exclusivo ou diferenciado concedido pela Lei Complementar n.º 123/2006.

_____, _____ de _____ de _____
Local e data

(nome e assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÕES:

- 1 Assinalar com um "X" a condição da empresa;
- 2 Esta declaração deverá ser entregue junto com o documento de credenciamento;
- 3 Apresentar junto a esta declaração a certidão simples emitida no site da Receita Federal e/ou a certidão da Junta Comercial na qual se encontra inscrita, ambas emitidas há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para a realização do certame, conforme exigido no subitem 14.1 do edital;
- 4 O não atendimento as observações 1, 2 e 3 deste anexo implicará na inaplicabilidade do tratamento diferenciado ao licitante, não podendo o mesmo invocar esse tratamento diferenciado no decorrer da licitação.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

**CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÕES**

À

Prefeitura Municipal de Camaçari

Referente: CONCORRÊNCIA – 0007/2026

DECLARAÇÃO FORMAL (SUBITEM 13.1 DO EDITAL)

(Nome da empresa), CNPJ ou CPF nº, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que:

- a) Aceita as condições estipuladas neste Edital;
- b) Executará/entregará os serviços/materiais de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela Prefeitura Municipal de Camaçari/BA;
- c) Obedecerá às ordens expedidas pela Prefeitura Municipal de Camaçari/BA, durante a execução dos serviços/fornecimento dos produtos;
- d) Entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Camaçari/BA;
- e) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de _____
Local e data

(nome, carimbo e assinatura do representante legal)



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

**CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO N.º xxxx/2026**

Contrato de prestação de serviços que entre si
celebram o **MUNICÍPIO DE CAMAÇARI** e a
empresa _____

O **Município de Camaçari**, inscrito no **CNPJ n.º 14.109.763/0001-80** com sede na Rua Francisco Drummond s/n.º, Camaçari – BA, representado neste ato pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, **Sr. RODRIGO MARQUES NOGUEIRA**, brasileiro, portador do RG n.º **1268513873 – SSP/BA**, inscrito no CPF sob n.º **057.745.555-93**, doravante denominada **CONCEDENTE**, e (**PESSOA JURÍDICA**), com sede à (**endereço**), (**mail**), (**telefone**), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º (**CNPJ**) representada neste ato por (**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**), (**profissão**), (**nacionalidade**), (**estado civil**), portador da carteira de identidade n.º (**CI**) inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º (**CPF**), doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, cuja celebração foi autorizada no **processo administrativo n.º 00009.11.07.611.2026** e que se regerá pelo disposto na Lei Federal n.º 14.133/21 e pelo Decreto Municipal n.º 7.903/23 e legislação pertinente, as quais as partes se sujeitam a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas que se anunciam a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante, independente de transcrição, os documentos:

- a) Edital de Concorrência n.º 0007/2026 e seus anexos.
- b) Proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Concessão de uso onerosa para exploração econômica, através de atividades comerciais pré-definidas, de 01 (um) quiosque, do **Tipo _____, no ramo de atividade de _____**, localizados na avenida praia de Itacimirim, em Itacimirim, distrito de Monte Gordo, Camaçari – BA. A outorga será concedida a Pessoa Jurídica, de direito privado, que apresente manifestação de interesse e atenda aos requisitos estabelecidos no termo de referência, de acordo com o anexo I do edital da concorrência n.º 0007/2026 e proposta da **concessionária** que são parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS CONTRATUAIS

Na execução da Concessão referida na Cláusula anterior o CONCESSIONÁRIO obedecerá, rigorosamente, às especificações estabelecidas nos documentos que integram o Edital do **CONCORRÊNCIA** n.º 0007/2026 e as condições indicadas em sua proposta de preços, que são considerados como partes integrantes deste Contrato como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global deste contrato é **R\$ _____ (_____)**, sendo fixo e irrevogável, transcrito da proposta de preço apresentada pelo **CONCESSIONÁRIO**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do objeto deste Contrato.

§ 1º O CONCESSIONÁRIO ficará responsável pelo pagamento diretamente em conta bancária pertencente Prefeitura Municipal de Camaçari.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Conforme o anexo I Termo de referência.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

A Gestão e Fiscalização do Contrato serão exercidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que representará o CONCEDENTE diante do CONCESSIONÁRIO no curso da execução do presente contrato e terão poderes para verificar e exigir o seu fiel cumprimento, sendo que sua ausência ou eventual omissão não eximirá o CONCESSIONÁRIO dos compromissos e obrigações assumidas perante o CONCEDENTE.

§ 1º Obriga-se o CONCESSIONÁRIO a assegurar o acesso ao imóvel objeto da Concessão aos servidores do CONCEDENTE, ou de outras repartições federais, estaduais ou municipais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral ou, em particular, de verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

§ 1º O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da assinatura deste instrumento, pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

§ 2º Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

§ 3º Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§ 4º Reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

A outorga firmada deverá ter o prazo de vigência correspondente a 5 (cinco) anos. Poderá ser admitida a prorrogação por igual período, observando critérios de conveniência e oportunidade da administração pública municipal, nos termos do artigo 110, inciso II da Lei Federal 14.133/21, totalizando um prazo máximo de 10 (dez) anos

CLÁUSULA OITAVA – DA CONCESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Fica estabelecido que o CONCESSIONÁRIO não transferirá e/ou cederá, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrências direta ou indireta do presente contrato, ou da sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.

§ 1º Nenhum pagamento isentará a **CONCESSIONÁRIA** das suas responsabilidades contratuais, as quais prevalecerão até a vigência das garantias previstas na Legislação.

§ 2º A **CONCESSIONÁRIA** ficará sujeita, em caso de inadimplemento de suas obrigações contratuais, às penalidades previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 com alterações posteriores, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

§ 1º DOS DIREITOS

- I. Constituem direitos do CONCEDENTE:
 - a) receber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados.
- II. Constituem direitos do CONCESSIONÁRIO:
 - a) receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

§ 2º DAS OBRIGAÇÕES

- I. **Constituem obrigações do CONCESSIONÁRIO:**
 - a) Efetuar o pagamento referente a outorga a Prefeitura Municipal de Camaçari;
 - b) Ocupar exclusivamente o espaço que lhe foi destinado pela Prefeitura Municipal de Camaçari. Dispondo de todos os móveis, maquinários e utensílios necessários, de acordo com a atividade que pretende realizar, para o seu pleno funcionamento;
 - c) A Concessionária vencedora deverá promover a conservação do bem público onde está situada, conservando o imóvel em perfeitas condições de higiene e limpeza, sendo responsável pelos danos a edificação, inclusive, as resultantes do uso, devendo a mesma promover a substituição e reparos necessários, arcando com todos os ônus inerentes aos danos, prestando manutenção preventiva e corretiva no quiosque cedido, sempre que necessário, durante toda a vigência do contrato de concessão visando à manutenção no estado original, ou seja, em plena capacidade de utilização, ficando sob sua inteira responsabilidade, sem o direito de cobrar da Prefeitura Municipal de Camaçari as despesas com as manutenções;
 - d) Serão de inteira responsabilidade da Concessionária, todas as obrigações decorrentes de atos ou omissões oriundas do presente instrumento, respondendo civil e criminalmente, com exclusividade, por todo e qualquer dano que, direta ou indiretamente, venha causar à concedente ou a terceiros na execução do objeto deste contrato;
 - e) A Concessionária é responsável por quaisquer compromissos assumidos e danos causados a terceiros, bem como indenização a estes em decorrência de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados, ainda que vinculados à execução da concessão;
 - f) A Concessionária fica ciente de que deverá respeitar toda legislação municipal, estadual e/ou federal, e cumprir as exigências de leis e normas de segurança, padrões estabelecidos pela vigilância sanitária e saúde pública, bem como, estar com os documentos que comprovem a regularidade para o exercício da atividade do estabelecimento junto aos setores competentes da municipalidade (alvará e licença de funcionamento e licença sanitária);
 - g) A Concessionária vencedora deverá dispor de quadro de pessoal composto por profissionais capacitados para executar todas as etapas dos procedimentos e em quantidade suficiente, fornecendo Equipamentos de Proteção Individual (EPI) cabíveis a todos os seus funcionários enquanto permanecerem no serviço, bem como estar de acordo com os padrões de segurança estabelecidos para os usuários;
 - h) A Concessionária deverá proceder com a limpeza e conservação dos banheiros/sanitários dos quiosques, e deverá manter limpas e higienizadas as áreas internas e externas da estrutura utilizada para o funcionamento, bem como se responsabilizar em relação à forma de acondicionamento adequado, remoção e descarte do lixo produzido no quiosque;
 - i) Responsabilizar-se por quaisquer danos que causar a concedente ou a terceiros na execução do objeto, inclusive os praticados por pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- j) Zelar pela manutenção e boa aparência dos mobiliários que venham a ser utilizados na exploração de suas atividades;
- k) Os custos de projetos e execução para qualquer adequação do quiosque, para seu funcionamento, inclusive os que por ventura forem exigidos devido a legislação vigente serão de inteira responsabilidade da concessionária vencedora. A concessionária vencedora não poderá fazer modificações na estrutura física do quiosque sem aviso prévio e consentimento da Concedente;
- l) A concessão objeto não isenta a Concessionária de cumprir com suas obrigações tributárias oriundas de sua atividade empresarial;
- m) Os anúncios de publicidade a serem veiculados pela Concessionária devem obedecer às legislações específicas vigentes ficando a Concessionária integralmente responsável pelos anúncios expostos no estabelecimento concedido;
- n) Em caso de constatação por parte da Concedente, de qualquer tipo de dano, inclusive aqueles relativos à criação de passivos ambientais, caberá à Concessionária arcar com os custos necessários à reparação dos danos causados;
- o) A Concessionária vencedora será responsável por solicitar os serviços de fornecimento de água e energia elétrica do próprio quiosque, ficando sob sua inteira responsabilidade os custos mensais dos mesmos, bem como por todos os tributos inerentes a execução do objeto;
- p) A Concessionária no momento da assinatura do contrato deverá assinar, também, um termo de responsabilidade no qual constarão as condições estruturais das edificações dos quiosques;
- q) A Concessionária deverá restituir o imóvel, quando findada a concessão, no estado em que recebeu, conforme laudo de vistoria, salvo as deteriorações de seu uso normal;
- r) A Concessionária deverá permitir o livre acesso da Concedente aos locais, áreas ou a qualquer elemento que julgar necessário para efeitos de fiscalização;
- s) É vedada a utilização do quiosque para qualquer outro fim que não o previsto no termo de referência;
- t) Apresentar quando solicitado pela prefeitura municipal de Camaçari prova de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista, em especial as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, correspondentes aos recolhimentos de contribuições previdenciária, depósitos do FGTS e demais contribuições sociais, bem como documentos que comprovem a quitação de eventuais dívidas com a concedente. Na hipótese de o concessionário não comprovar a regularização junto ao INSS e FGTS, será notificado, sendo-lhe facultado o prazo de 10 (dez) dias corridos para apresentação das certidões, sob pena de rescisão dos referidos contratos, por infringência ao disposto no art. 195, parágrafo 3º da constituição federal. E no art. 50, da lei federal nº 14.1333/2021;
- u) A Concessionária deverá iniciar os serviços em até 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do contrato de concessão.

II. Constituem obrigações do CONCEDENTE:

- a) Assegurar ao CONCESSIONÁRIO as condições necessárias à regular execução do contrato; e
- b) Receber o pagamento ajustado;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- c) Fiscalizar a execução do Serviço;
- d) Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas;
- e) Cobrar da Concessionária, atestados e comprovações de aptidões técnicas de suas parceiras, nos casos dos serviços terceirizados;
- f) O CONCESSIONÁRIO é considerado, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos trabalhadores utilizados na exploração do espaço, demais despesas operacionais e administrativas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, permanecendo o CONCEDENTE isento de toda e qualquer responsabilidade;
- g) O CONCEDENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pelo CONCESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do bem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

O CONCESSIONÁRIO reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral da Administração;

II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

III - judicialmente, nos termos da legislação.

A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONCEDENTE, bem como na assunção do objeto do contrato pelo CONCEDENTE na forma que a mesma determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

Ao **CONCESSIONÁRIO** serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo garantido a ampla defesa e o contraditório:

§ 1º Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

§ 2º Multa por atraso imotivado na execução do objeto contratado, nos prazos abaixo definidos:

- a) até 30 (trinta) dias: 0,3% ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do produto/serviço;
- b) superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que não tenha havido o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 10% a 15% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto/serviço;
- c) superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto/serviço.

§ 3º Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

- b) de até 12 (doze) meses quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal.

§ 4º Suspensão de até 12 (doze) meses e **multa** sobre o valor global do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

- a) não atender às condições estabelecidas no contrato: multa de 10% a 20%;
- b) paralisar execução do objeto contratado, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%;
- c) adulterar ou alterar características físicas do objeto contratado: multa de 20%;
- d) entregar, como em bom estado ou verdadeiro, objeto contratado falsificado, furtado ou danificado: multa de 20% e rescisão contratual;
- e) executar o objeto do contrato de forma que venha causar quaisquer danos à CONCEDENTE e/ou a terceiros: multa de 20%;
- f) A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, por até 05 (cinco) anos, quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas nos incisos III e IV desta Cláusula e/ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada;
- h) As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Secretaria Municipal da Administração;
- i) Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente;
- j) A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato;
- k) As sanções previstas nesta Cláusula são de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal da Administração, permitida a delegação para a sanção prevista no inciso I, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas;
- l) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONCEDENTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONCESSIONÁRIA, sob pena de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

A alteração de quaisquer das cláusulas ou condições contidas neste contrato só poderá ser procedida mediante Termo Aditivo, assinado pelas partes.



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

A **CONCEDENTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como qualquer dano causado à **CONCEDENTE** ou a terceiros em decorrência de ato da **CONCESSIONÁRIA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 1º A **CONCESSIONÁRIA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, contribuições fiscais, para-fiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

§ 2º A **CONCESSIONÁRIA** responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações no fornecimento dos produtos e/ou produtos, salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da **CONCESSIONÁRIA**, devidamente apurados na forma da legislação vigente, quando comunicados à **CONCEDENTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência, ou por ordem expressa e escrita da **CONCEDENTE**.

§ 3º Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto que a **CONCESSIONÁRIA** acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais não incidentes sobre a compra efetuada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor que porventura tenha sido pago à **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

Fica estabelecido que na hipótese da **CONCEDENTE** deixar de exigir da **CONCESSIONÁRIA** qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos jurídicos.

Camaçari – Bahia, xxx de xxxxx de 2026.

XX

CONCEDENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONCESSIONÁRIA



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

**CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026
ANEXO VII – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

PROPONENTE					
NOME DA EMPRESA					
C.N.P.J. N.º					
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX		E-MAIL	

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA			
NOME COMPLETO			
C.I. N.º			
C.P.F. N.º			
PROFISSÃO			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
ENDEREÇO RESID.			

DADOS BANCÁRIOS			
NOME DO BANCO		N.º DO BANCO	
NOME DA AGÊNCIA		N.º DA AGÊNCIA	
N.º CONTA CORRENTE			

_____, ____ de _____ de _____.
Local e data

Assinatura Representante Legal e Carimbo



**ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

**CONCORRÊNCIA N.º 0007/2026
ANEXO VIII – ANEXOS DISPONIBILIZADOS**

MEMORIAL DESCRITIVO E RELATÓRIO FOTOGRÁFICO;

PLANTA DO QUIOSQUE – TIPO I;

PLANTA DO QUIOSQUE – TIPO 2;

LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA – QUIOSQUES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07;